

Fórum da omissão

MAURO CHAVES

O livre debate, no sentido mais genérico da expressão, é característica essencial de todo regime democrático. Mas, no Brasil, assim como os administradores públicos costumam nomear comissões para resolver problemas, quando deles pretendem fugir, também muitas vezes se insiste nos debates para escapar às decisões — ou à responsabilidade de tomá-las. O chamado Fórum de Debates do Congresso, já apelidado de Fórum do Consenso Nacional, poderia ter tido sentido em algum momento anterior da vida política brasileira, antes da institucionalização do sistema de poder vigente. Mas, agora, o que significa?



Os integrantes do Congresso Nacional detêm a representatividade legítima de toda a sociedade. No âmbito das atribuições do Legislativo, nossos parlamentares federais dispõem de plenos poderes para decidir sobre quaisquer assuntos de interesse da coletividade — e em nome dela. O Congresso é, por si, um fórum permanente de discussão e decisão da sociedade. Cada parlamentar pode ser o veículo de expressão de grupos sociais, segmentos profissionais ou interesses regionais, trazendo ao Legislativo subsídios para projetos de lei que serão examinados pelas comissões técnicas e assessorias antes de serem submetidos à apreciação do plenário. Então, se o Congresso é esse fórum deliberativo, por que conter outro fórum, não-decisório?

Durante a Constituinte difundiu-se amplamente a idéia — no fundo, ilusória e demagógica — de participação popular direta na elaboração da Carta Magna (quantas *emendas populares* foram efetivamente incorporadas ao texto constitucional?). Volta-se agora à suposta participação direta dos “segmentos sociais” (!) nos debates do fórum, dentro do Congresso.

Afinal de contas, estamos numa democracia representativa ou em pleno regime corporativista? Os interesses dos grupos sociais não podem ser defendidos pelo simples exercício do mandato popular?

Na verdade, esse fórum não passa de uma encenação dos ilustres parlamentares destinada a encobrir a própria omissão. Se estivessem de fato empenhados em debater os problemas do País, de maneira eficaz e consequente — vale dizer, buscando soluções concretas, e não apenas repercussões populistas —, os parlamentares federais estariam deliberando sobre projetos, de sua própria iniciativa ou vindos do governo; já teriam disciplinado há muito tempo as medidas provisórias, impedindo as reedições e decidindo, sobre cada uma delas, até 30 dias depois de serem editadas; e não teriam permitido que em um ano o governo Fernando Collor baixasse a absurda enxurrada de quase 300 MPs, que tornaram o Legislativo um poder de Estado inócuo e inútil.

O Fórum de Debates do Congresso está parecendo cada vez mais uma assembleia estudantil, que, antes de discutir os problemas, perde um tempo interminável em “questões de ordem”, para que se decida “como” se organizarão os trabalhos. Acham os parlamentares governistas que o fórum deve discutir preferencialmente o Projetão de Collor, com o que não concordam os oposicionistas. Mas o próprio Projetão, que de fato mais parece rol de intenções de plataforma eleitoral, é resultado desse *debateísmo* em voga, que pretende substituir a ação concreta: o governo foi de um extremo ao outro, do arbitrio das MPs à inação *debatível* do Projetão. Mergulhado, porém, em seus tenebrosos problemas, o que o País menos precisa é da discussão de generalidades nesse Fórum da Omissão, que, na melhor das hipóteses, não passa de uma grande bobaça.